



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO



METRÔ

Sumário

Relatório da Administração.....	03
Composição do Conselho de Administração	10
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – 2024.....	11
Parecer do Conselho Fiscal	15
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	16
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras.....	21
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	22
Balancos patrimoniais	23
Demonstrações dos resultados	25
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	28
Demonstrações dos valores adicionados	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras	30

Relatório da Administração

O ano de 2024 foi um marco para o Metrô de São Paulo. Em um cenário desafiador, adotamos uma gestão baseada na austeridade e na responsabilidade, alcançando resultados expressivos tanto na sustentabilidade econômico-financeira quanto na ampliação e melhoria dos serviços prestados à população. Demonstramos que é possível fazer mais com menos: cuidando das contas, cuidamos melhor das pessoas.

Nosso compromisso com o equilíbrio financeiro resultou na recuperação da margem EBITDA, que cresceu 19,7% em relação a 2023, retornando ao patamar positivo. Esse avanço foi possível por meio do aumento da receita e da otimização de custos, sem comprometer a qualidade e a eficiência do serviço. Ao mesmo tempo, mantivemos nosso olhar voltado para a valorização dos nossos colaboradores, com a implantação de um novo plano de carreira, reforçando o desenvolvimento profissional dentro da Companhia.

O Metrô segue firme em sua vocação de Engenharia e Operação de Transporte. Em 2024, realizamos o maior investimento da história na expansão da rede, aplicando R\$ 4,2 bilhões na ampliação das linhas 2-Verde e 15-Prata, além da continuidade da construção da Linha 17-Ouro, que já caminha para sua conclusão. A eficiência na execução financeira se refletiu na utilização de 90% do orçamento destinado a investimentos, demonstrando nossa responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Nosso histórico de excelência e compromisso com a mobilidade urbana foi reconhecido mais uma vez: pelo sétimo ano consecutivo, o Metrô foi eleito o Melhor Serviço Público de São Paulo, segundo o Datafolha, e alcançou a maior avaliação positiva de sua história, com 76% de aprovação dos passageiros. Esse reconhecimento reflete nossas iniciativas voltadas à modernização da rede, como a instalação de portas de plataforma e a incorporação de novos trens na Linha 15-Prata, proporcionando mais segurança e conforto aos usuários.

A responsabilidade socioambiental também esteve no centro das nossas ações. Em 2024, demos um passo fundamental com o lançamento do nosso projeto de autogeração de energia, que, a partir de 2027, garantirá o abastecimento de toda a operação com fontes renováveis. Essa iniciativa não só reforça nosso compromisso ambiental, mas também reduzirá custos operacionais, tornando a Companhia ainda mais eficiente e sustentável.

Olhando para o futuro, sabemos que ainda há desafios a superar. No entanto, os avanços conquistados demonstram que estamos no caminho certo. Com gestão responsável e foco na excelência, seguimos construindo um Metrô cada vez mais moderno, eficiente e acessível, reafirmando nosso compromisso com São Paulo e sua população.

Desempenho econômico-financeiro

O Metrô de São Paulo reportou, no exercício, prejuízo de R\$ 348 milhões, ante R\$ 900 milhões em 2023, redução de 61,3% em relação ao exercício comparativo. A receita operacional líquida foi de R\$ 3.020 milhões no acumulado de 2024, aumento de 30,2% comparado a 2023 que alcançou R\$ 2.320 milhões.

O principal fator para o aumento na receita operacional líquida foi o acréscimo da tarifa e o reconhecimento de *breakage* para créditos de passagens não utilizados:

- Aumento da tarifa, a partir de 1º de janeiro de 2024, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário subiu de R\$ 4,40 para R\$ 5,00, um aumento de 13,6%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.
- *Breakage*, a Companhia reconheceu no resultado do exercício receita para créditos adquiridos para o transporte na rede metroviária, mas que dado o seu histórico de utilização, possui baixa probabilidade de utilização.



As despesas de pessoal tiveram uma redução de 2,3%, alcançando R\$ 1.872 milhões ante R\$ 1.917 milhões em 2023, desconsiderando os gastos com o programa de PDI e rescisão de contrato de trabalho, a despesa de pessoal apresentou uma redução de R\$ 168 milhões, redução de 9,2% em relação a 2023.

A principal fonte de recursos da Companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 91% da receita operacional bruta de 2024.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP 2023 e 2024¹

	Passageiros 2023 (milhões)(%)		Passageiros 2024 (milhões)(%)	
Transporte sobre trilhos	1.882,6	36,9	1.969,4	37,6
Metrô de São Paulo	851,2	16,7	889,8	17,0
ViaQuatro ²	190,4	3,7	198,7	3,8
ViaMobilidade Linha 5 ²	154,9	3	167,5	3,2
ViaMobilidade Linhas 8 e 9 ³	228,7	4,5	232,8	4,4
Trem Metropolitano – CPTM ³	457,4	9,0	480,6	9,2
Transporte sobre pneus	3.223,7	63,1	3.273,6	62,4
Ônibus Municipal – SPTRANS ⁴	2.080,1	40,7	2.159,3	41,2
Ônibus Intermunicipal – EMTU ⁵	421,8	8,3	412,8	7,8
Aeroporto e Corredor (Trólebus e Diesel)	70,7	1,4	69,9	1,3
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	351,1	6,9	342,9	6,5
Ônibus – Outros Municípios ⁶	721,8	14,1	701,5	13,4
Total de Transportes	5.106,3	100,0	5.243,0	100,0

1 Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento.

2 Fonte: CMCP - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões.

3 Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.

4 Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A.

5 Fonte: EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - dados estimados de nov e dez/24.

6 Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino 2017.

Rede Metroviária

	2023	2024
Rede Metroviária (Metrô De São Paulo, Via Quatro e Via Mobilidade)		
km de extensão	104,2	104,2
n° de estações	91,0	91,0
n° de linhas	6,0	6,0
Linhas Operadas pelo Metrô de São Paulo		
km de extensão	71,4	71,4
n° de estações	63,0	63,0
n° de linhas	4,0	4,0
Passageiros Transportados pelo Metrô de São Paulo		
Média nos dias úteis (milhão)	2,86	2,94
Total anual (bilhão)	0,85	0,89

Estratégia de longo prazo

Para cumprir a missão de "Conectar pessoas e lugares por meio de uma rede de mobilidade sustentável gerando qualidade de vida", a Companhia estabeleceu sua estratégia de Longo Prazo 2025-2029 e Plano de Negócios 2025. Os temas percebidos como mais importantes para o Metrô foram traduzidos em objetivos estratégicos e foram inseridos no novo Mapa Estratégico.

1) Perspectiva Sustentabilidade Financeira, Social e Ambiental

- Executar o orçamento de investimento para expansão e modernização
- Benefícios Socioambientais e de Governança

2) Perspectiva Mercado e Sociedade

- Oferecer um serviço competitivo alinhado às expectativas dos passageiros
- Implantar e gerir negócios
- Expandir a rede metrorviária

3) Perspectiva Processos Internos

- Melhorar o desempenho, a eficiência e a segurança operacional
- Aumentar a produtividade
- Reduzir os custos e as despesas
- Assegurar a comunicação e o relacionamento com as partes interessadas

4) Perspectiva Aprendizagem e Crescimento

- Promover a gestão do conhecimento

Direcionadores 2025-2029 → Foco na Perenidade



Nosso programa de investimento prevê as seguintes ações

O programa de Investimentos para 2024 para a Expansão, Recapitação e Modernização das linhas metroviárias prevê os seguintes valores:

Com base nos valores aprovados na Resolução de Diretoria Nº 388/2024 e Resolução do Conselho de Administração Nº 036/2024, a Companhia do Metropolitano – Metrô aprovou o programa de investimentos na ordem de R\$ 7.778 milhões para o exercício 2025. Foi publicado na Lei Orçamentária Anual Nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, um montante de R\$ 4.886 milhões também para esse exercício, e foram inscritos em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores um montante de R\$ 181 milhões perfazendo um montante de R\$ 5.067 milhões, no decorrer do exercício na medida que esses valores forem executados, a Companhia irá fazer gestão junto ao Estado para disponibilizar o montante de R\$ 7.778 milhões.

- Linha 2- Verde – Extensão Vila Prudente – Dutra – R\$ 2,6 bilhões;
- Linha 15 – Prata – R\$ 2,2 bilhões; e
- Linha 17 – Ouro – R\$ 1,8 bilhão.

Avaliação dos administradores

Em atenção ao Artigo 13º, inciso III, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, foi realizada Avaliação dos Administradores da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, processo conduzido pela Gerência de Recursos Humanos, com o apoio da Assessoria de Governança Corporativa e analisado pelo Comitê de Elegibilidade.

Metodologia de avaliação

Para captação das respostas dos Conselheiros e Diretores, optou-se por seguir, sem alterações, os formulários modelos elaborados pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, conforme descritos em sua Deliberação 002, de 15 de março de 2024.

- Formulário 1 – Avaliação do Conselho e dos Conselheiros
- Formulário 2 – Avaliação da Diretoria Colegiada
- Formulário 3 – Avaliação dos Diretores

Apuração dos resultados

As respostas fornecidas foram tabuladas e notas médias calculadas para cada item e, subsequentemente, para cada dimensão. A nota final é calculada a partir da média das dimensões avaliadas e um conceito final de avaliação atribuído de acordo com a seguinte escala:

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Notas entre 1,00 e 1,75 – Mudanças relevantes são necessárias.
- Notas entre 1,76 e 2,50 – Algumas mudanças são necessárias.
- Notas entre 2,51 e 3,25 – Satisfaz as expectativas legais e estatutárias.
- Notas entre 3,26 e 4,00 – Supera as expectativas legais e estatutárias.

Ano	2021	2022	2023	2024
Participantes Conselho de Administração	10	11	10	10
Participantes Diretoria	6	6	5	4
Nota de Avaliação Coletiva do Conselho de Administração	3,23	3,31	3,31	3,57
Nota Média da Avaliação Individual dos Conselheiros de Administração	3,30	3,32	3,38	3,45
Nota da Avaliação da Diretoria Colegiada	3,21	3,13	3,77	3,92
Nota Média da Avaliação Individual dos Diretores (Autoavaliação)	3,44	3,38	3,55	3,41

Nota A variação da quantidade de participante considera as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, como, por exemplo, a condição mínima de 03 meses no cargo.

Relacionamento com Auditores Externos

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais são realizadas por auditores externos independentes, visando garantir a confiabilidade dos dados apresentados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, respeitando os princípios que preservam a independência destes profissionais, a saber: i) não auditar seu próprio trabalho; ii) não exercer funções gerenciais; iii) não advogar pelo seu cliente.

O Comitê de Auditoria, em linha com nosso Estatuto Social, é responsável pela avaliação das diretrizes que orientam a contratação e a prestação de serviços dos auditores externos. Também cabe ao Comitê recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição da auditoria externa, além do dever de se manifestar

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antes da contratação de outros serviços prestados por ela, ou por empresas vinculadas a ela, que não caracterizem atividades da sua alçada.

No 1º trimestre de 2024, a Mazars Auditores Independentes prestou serviço de auditoria a Companhia, e o montante total pago pelos serviços foi de R\$ 154. A partir do 2º trimestre de 2024, a BDO RCS Auditores Independentes passou a prestar serviço de auditoria à Companhia, e o montante total pago pelos serviços de auditoria de demonstrações financeiras foi de R\$ 24. Assim, foram pagos para os serviços de auditoria os valores de R\$ 178 no exercício de 2024 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2023).

A substituição do auditor realizada no exercício de 2024, decorreu do término do período contratual. Sendo ambos auditores, selecionados através do processo de licitação pública.

A Mazars Auditores Independentes e a BDO RCS Auditores Independentes não prestaram, durante o período de atuação na Companhia, serviços não relacionados a auditoria externa.

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Milton Frasson

Membros:

Antonio Julio Castiglioni Neto

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Cleyton Ricardo Batista

Daniel Rodrigues Aldigueri

Fabiano Martins de Oliveira

Gustavo Villaça Vargas Sampaio Braga

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

Rodrigo Bezerra da Silva

Wagner Fajardo Pereira

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – 2024

CNPJ/MF Nº 62.070.362/0001-06 - NIRE Nº 3530003343-4

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê ou CAE) da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô (METRÔ ou Companhia) foi implementado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018, e é órgão estatutário técnico de auxílio permanente do Conselho de Administração da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/2016, Estatuto Social e Regimento Interno.

Atualmente, o CAE é composto por quatro membros independentes: Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Conselheiro de Administração independente e Coordenador do CAE, sendo o especialista financeiro e de contabilidade societária, conforme previsto na legislação brasileira, além de Alexandre Akio Motonaga, Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto e Marcelo Cardona Sobral, sendo que todos atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, no § 2º do artigo 31-C da Resolução CVM Nº 23/2021, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Ao Comitê compete, principalmente (i): zelar qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) supervisionar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e externa, (iii) zelar pelo padrão dos processos de controles internos e de avaliação de riscos, e (iv) zelar pelo Código de Conduta e Integridade.

Toda a análise e manifestação do Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 12 de março de 2024 (primeira reunião do CAE após a apreciação das Demonstrações Financeiras de 2023) até 14 de março de 2025, o Comitê realizou 25 reuniões, em sua maioria virtual, que envolveram Diretores, Gerentes e outros colaboradores da Companhia, além de eventuais convidados externos e prestadores de serviços. Destaca-se que foram realizadas 04 reuniões que contaram com a participação dos membros do Conselho Fiscal e representantes dos Auditores Independentes.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram:

- ✓ Revisão, aprovação, supervisão do Plano de Trabalho da Auditoria Interna e análise dos relatórios das atividades realizadas, inclusive as feitas no instituto de previdência que a Companhia é patrocinadora;
- ✓ Acompanhamento mensal da Auditoria Interna e trimestral da área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno;
- ✓ Avaliação dos parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais dos Planos de

- Benefícios I e II da Previdência Suplementar mantidos pelo METRUS – Instituto de Seguridade Social e os respectivos resultados atuariais dos planos;
- ✓ Revisão das Informações Trimestrais – ITRs e das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2024;
 - ✓ Acompanhamento de assuntos contábeis, dentre eles: fechamento contábil, cédula de ajustes e revisão da vida útil do ativo imobilizado, teste de *impairment*, revisão da PDD, provisão para processos judiciais, e principais ações da companhia para fins de viabilizar a avaliação e monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas;
 - ✓ Acompanhamento do fluxo de caixa, execução orçamentária e evolução da demanda de passageiros transportados;
 - ✓ Discussão com Auditoria Interna, Gerência de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade e Auditoria Independente sobre a Carta de Controles Internos;
 - ✓ Conhecimento e acompanhamento do planejamento da Auditoria Independente sobre as demonstrações financeiras;
 - ✓ Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias e incluindo reuniões com o Comitê de Ética e Ouvidoria, bem como ações relativas à campanha de conscientização sobre o Código de Conduta e Integridade e respectivo treinamento;
 - ✓ Conhecimento da Análise de Atendimento a Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios 2023; o Plano de Negócios 2024 e o Plano de Negócios de 2025.

Além disso, o Comitê, mediante informações das diversas áreas, acompanhou, dentre outros temas: as Políticas da Lei de Proteção de Dados e conhecimento dos Riscos da LGPD; as ações da Companhia para melhoria da saúde financeira e retorno a condição de empresa não dependente do Estado; o *Breakage da Receita*; contingências; Passivo Atuarial e Estimativas críticas pela Companhia.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS E DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

A avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e riscos corporativos está em permanente processo de evolução visando o aperfeiçoamento dos controles internos pela Administração do Metrô, de modo a conferir segurança e efetividade das informações contábeis com aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna bem como pela área de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade, convidando os responsáveis a participar de reuniões específicas do CAE, além de interlocução direta com o Coordenador, quando necessário. Igualmente, o Comitê supervisionou as atividades da Auditoria Independente, por meio da realização de reuniões, análise e revisão dos relatórios emitidos.

Em 2024 o Comitê de Auditoria Estatutário dispensou atenção especial para a importância na aquisição de ferramentas/software para utilização na gestão dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade incentivando sua aquisição aliada ao aprendizado e utilização de novas tecnologias relacionadas p.ex. ao ChatGPT/Inteligência Artificial - IA, visando aperfeiçoar os trabalhos voltados à gestão de crise, identificar pontos de melhoria nas áreas e implementar ajustes para assegurar uma gestão interna mais eficiente.

O Comitê manteve e mantém comunicação com os auditores internos e independentes – Mazars Auditores Independentes SS (1IT24) e BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. (2IT24, 3IT24 e 4ITR), promovendo discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis, da metodologia aplicada e de controles internos relevantes. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos Auditores Independentes e/ou a autonomia dos Auditores Internos.

4. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras do Metrô, em observância à legislação societária e práticas contábeis.

As demonstrações financeiras trimestrais e anual do exercício social de 2024 – abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis – envolveram, além da Auditoria Independente, também as seguintes áreas: Jurídico, Controladoria, Conformidade (Controles Internos) e Auditoria Interna, conforme reuniões realizadas com o Comitê.

Ao final, foi discutido com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos incluindo a situação do Metrô deixar de ser empresa dependente e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalva. Os principais pontos discutidos também se relacionam com as práticas contábeis adotadas, e, ainda, com recomendação e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAE verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, considerados os assuntos enfatizados no Relatório dos Auditores Independentes.

5. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

As reuniões contaram com a participação dos gestores das áreas relacionadas da Companhia, tendo sido prestadas diversas informações e esclarecimentos que resultaram solicitações/demandas, orientações, sugestões e recomendações que são evidenciadas nas atas e são acompanhadas no decorrer das reuniões, conforme prazos pactuados. O acompanhamento do atendimento às orientações feitas pelo CAE é feito regularmente, com registro nas atas de reuniões.

6. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES E SOLICITAÇÕES AOS GESTORES

O Comitê de Auditoria Estatutário efetuou diversas recomendações de aperfeiçoamento de processos de gestão e de controles, assim como demandou diversas ações dos gestores, para esclarecimentos, complementos e eventuais retificações de informações apresentadas nas reuniões realizadas nesse período.

7. EVENTO RELEVANTE

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia do Metrô voltou a ser enquadrada na condição de empresa estatal não dependente, conforme publicação da Lei estadual nº 18.078, de 03 de janeiro de 2025, que Orça a Receita e fixa Despesa do Estado para o exercício de 2025” (LOA 2025), o que demonstrou o esforço empregado pela Cia. para reverter a condição de dependência que impactava nas rotinas do dia a dia. Na reunião conjunta com o Conselho Fiscal, este órgão destacou que a empresa evoluiu fortemente na gestão econômico-financeira, o que o CAE corrobora.

8. CONCLUSÕES

Considerando os trabalhos conduzidos pelo CAE, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, baseado em todos os assuntos e documentos que lhe foram dados a conhecer incluindo o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalva, e nas análises efetuadas nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social em questão, o Comitê julga e recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e delibere sobre o conjunto das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2024.

São Paulo, 14 de março de 2025.

CARLOS R. DE ALBUQUERQUE SÁ
Conselheiro de Administração e Coordenador
do Comitê de Auditoria Estatutário

ALEXANDRE AKIO MOTONAGA
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

CINTYA CRISTINA F. MARQUES PINTO
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário

MARCELO CARDONA SOBRAL
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Parecer do Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da proposta de destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes – BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas, e o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 18 de março de 2025

ADOLFO CASCUDO RODRIGUES
Conselheiro Fiscal

GUILHERME MURARO DERRITE
Conselheiro Fiscal

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO
Conselheiro Fiscal

LUCIANO GARCIA MIGUEL
Conselheiro Fiscal

TZUNG SHEI UE
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24, a receita de contratos com clientes é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com a norma NBC TG 47 – Receita de Contrato de Cliente.

Os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia e há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento. Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das receitas como significativo em nossa auditoria.

Avaliação do valor recuperável (impairment) dos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.2, a Companhia avaliou se o seu ativo imobilizado possuía evidência de perda no seu valor recuperável, conforme previsto nos itens 8 e 9 da NBC TG 01 (R4) - Redução ao valor recuperável dos ativos, no montante líquido de R\$ 42.595.615 mil em 31 de dezembro de 2024.

A avaliação foi documentada e abrangeu os indicadores internos e externos de perda no valor recuperável previsto na referida norma, bem como indicadores adicionais, associados ao modelo de negócio da Companhia e ao objetivo de uso do ativo pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos adotados, a Companhia não identificou a existência de indicativo de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Por esses fatores, consideramos a avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O entendimento e avaliações dos processos e dos controles operacionais voltados ao reconhecimento de receita, assim como do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo das vendas no encerramento do exercício;
- Efetuamos procedimentos de reconciliação de relatórios auxiliares com os saldos contábeis para validação do reconhecimento e mensuração das receitas;
- Adicionalmente, realizamos a confirmação externa da receita tarifária dos créditos eletrônicos e cotas temporais de acordo com os repasses recebidos;
- Revisão da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Revisamos a avaliação da administração construída para embasar os indicadores de perda do valor recuperável do ativo imobilizado, incluindo os indicadores internos e externos, requeridos pelo item 12 da NBC TG 01 (R4) - Redução ao valor recuperável dos ativos;
- Em colaboração com os departamentos responsáveis, compreendemos todo o processo de contratação de terceiros, bem como a aquisição de quaisquer outros bens ou serviços que agreguem valor ao ativo imobilizado;
- Examinamos uma amostra de ativos da referida rubrica contábil e solicitamos a administração toda a documentação que embasa o seu registro na contabilidade, com base no entendimento compreendido acima;
- Inspecionamos fisicamente uma amostra de ativos em uso;
- Revisão da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia sobre o estudo elaborado para avaliação do valor recuperável estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributários e previdenciários, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui assuntos de natureza cível, em discussão, em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 5.801.937 mil, sendo que R\$ 1.188.512 mil está provisionado por ser considerado como provável perda, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

A definição e mensuração dos montantes provisionados e divulgados depende do julgamento crítico da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais, da evolução da jurisprudência e de julgamentos de matérias relevantes pelo Supremo Tribunal Federal ("STF").

Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e tributário, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências tributárias como significativo em nossa auditoria.

Ênfase

Denúncias envolvendo a Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, itens i, iii e iv, "Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)", "Impactos decorrentes da delação premiada" e "Sindicâncias Administrativas", respectivamente, às demonstrações financeiras, que apresenta informação sobre cartel, delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal e sindicâncias instauradas. Com base no estágio atual de conhecimento dos assuntos pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Atualização do nosso entendimento do ambiente de controles internos relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação das premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências cíveis nas demonstrações financeiras;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, com objetivo de confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis; (iii) entendimento das alterações de prognósticos de perda para determinados processos cíveis relevantes;
- Revisão da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências com um todo estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações financeiras acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma brasileira de contabilidade e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes. O relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2023 foi emitido datado de 14 de março de 2024, contendo parágrafos de ênfase referente a “Delação premiada de ex-diretor da Companhia” e “Dependência econômica do acionista controlador”.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente as demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	470.878	307.497
Títulos e valores mobiliários		-	4.919
Contas a receber	5	93.090	494.719
Estoques	6	207.106	208.417
Tributos a recuperar		10.664	6.651
Outros ativos		34.436	31.458
		<u>816.174</u>	<u>1.053.661</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	7	<u>3.547</u>	<u>8.388</u>
		<u>819.721</u>	<u>1.062.049</u>
Não circulante			
Contas a receber	5	5.628	5.443
Caixa restrito	8	39.038	45.879
Depósitos judiciais	9	109.943	197.988
Outros ativos		97.819	64.765
Investimentos	10	264.557	67.966
Imobilizado	11	42.595.615	39.598.762
Intangível	12	48.759	46.089
		<u>43.161.359</u>	<u>40.026.892</u>
Total do ativo		<u><u>43.981.080</u></u>	<u><u>41.088.941</u></u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	14	364.923	569.318
Debêntures	15	112.986	113.181
Impostos e contribuições a recolher	16	51.129	69.116
Remunerações e encargos a pagar	17	221.344	254.247
Adiantamento de clientes	18	40.733	410.048
Partes relacionadas	19	30.888	32.672
Passivo de arrendamento		4.189	-
Outras contas e despesas a pagar		5.306	5.032
		<u>831.498</u>	<u>1.453.614</u>
Não circulante			
Debêntures	15	149.975	262.457
Remunerações e encargos a pagar	17	29.830	30.124
Adiantamento de clientes	18	427.379	438.204
Plano de previdência complementar	20.2	44.797	60.244
Provisão para processos judiciais	21	1.432.317	1.533.600
Partes relacionadas	19	232.895	240.293
Passivo de arrendamento		3.065	-
Outras contas e despesas a pagar		-	3.471
		<u>2.320.258</u>	<u>2.568.393</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	22.2	52.492.032	48.404.386
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		129.766	99.524
Prejuízos acumulados		(11.792.458)	(11.436.960)
		<u>40.829.324</u>	<u>37.066.934</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>43.981.080</u>	<u>41.088.941</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	23	3.019.973	2.319.588
Custo dos serviços prestados	24	<u>(2.652.387)</u>	<u>(2.617.881)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		367.586	(298.293)
Receitas (despesas) operacionais	24		
Despesas com vendas		(22.836)	(47.172)
Despesas gerais e administrativas		(725.569)	(886.579)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>10.645</u>	<u>396.200</u>
		<u>(737.760)</u>	<u>(537.551)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(370.174)</u>	<u>(835.844)</u>
Resultado financeiro, líquido	25		
Receitas financeiras		47.968	26.775
Despesas financeiras		(69.386)	(97.638)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>44.073</u>	<u>(3.339)</u>
		<u>22.655</u>	<u>(74.202)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(347.519)</u>	<u>(910.046)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	26	-	9.870
Prejuízo do exercício		<u>(347.519)</u>	<u>(900.176)</u>
Prejuízo do exercício por ação (em R\$)			
Básico - ON	27.1	(34,38)	(98,81)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(347.519)	(900.176)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	2.451	(906)
Ganho/perda atuarial	19.812	(52.428)
Total do resultado abrangente	(325.256)	(953.510)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.690.396	(16)	152.858	(10.536.784)	35.306.454
Prejuízo do exercício	-	-	-	(900.176)	(900.176)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(906)	-	(906)
Perda atuarial	-	-	(52.428)	-	(52.428)
Integralização de capital	2.713.990	-	-	-	2.713.990
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.404.386	(16)	99.524	(11.436.960)	37.066.934
Prejuízo do exercício	-	-	-	(347.519)	(347.519)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	10.430	(7.979)	2.451
Ganho atuarial	-	-	19.812	-	19.812
Integralização de capital	4.087.646	-	-	-	4.087.646
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.492.032	(16)	129.766	(11.792.458)	40.829.324

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos fluxos de caixas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(347.519)	(900.176)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	830.320	730.580
Resultado na venda de investimentos	(18.033)	(77.695)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	37.137	(6.111)
Juros sobre debêntures	50.298	70.940
Juros sobre arrendamento	586	-
Impostos diferidos	-	(9.870)
Juros sobre passivo atuarial	4.366	(1.380)
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	(101.283)	31.850
Constituição de perda de crédito esperada	27.277	79.270
Provisão participação nos resultados	-	41.033
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	(3.701)	(375)
Resultado líquido ajustado	<u>479.448</u>	<u>(41.934)</u>
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	374.167	(421.847)
Estoques	5.012	(2.508)
Tributos a recuperar	(4.013)	(3.102)
Depósitos judiciais	88.045	52.984
Outros ativos	(36.032)	(39.048)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	(186.947)	125.900
Remunerações e encargos a pagar	(33.197)	54.045
Impostos e contribuições a recolher	(17.987)	(82.282)
Adiantamento de clientes	(380.140)	285.953
Partes relacionadas	(9.182)	26.112
Outras contas e despesas a pagar	(3.197)	(46)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	<u>275.977</u>	<u>(45.773)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(4.038.817)	(2.655.352)
Aquisição de intangível	(27.930)	(27.096)
Alienação de ativos	25.404	77.713
Caixa restrito	6.841	(18.312)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(4.034.502)</u>	<u>(2.623.047)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	4.087.646	2.713.990
Amortização do principal sobre debêntures	(114.286)	(19.048)
Pagamento de juros sobre debêntures	(48.690)	(81.191)
Pagamento de arrendamento	(2.764)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>3.921.906</u>	<u>2.613.751</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>163.381</u>	<u>(55.069)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	307.497	362.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	470.878	307.497
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>163.381</u>	<u>(55.069)</u>
Transações que não afetaram o caixa		
Fornecedores de ativo imobilizado	17.448	29.714
Direito de uso de veículos (imobilizado/arrendamento a pagar)	9.432	-

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	3.102.912	2.388.823
Outras receitas	49.734	123.365
Constituição / (reversão) de perda de crédito esperada, líquida	(26.292)	(71.214)
	<u>3.126.354</u>	<u>2.440.974</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(438.201)	(441.584)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(168.807)	(445.622)
Perdas com ativos	(39.617)	(22.079)
	<u>(646.625)</u>	<u>(909.285)</u>
Valor adicionado bruto	2.479.729	1.531.689
Depreciação e amortização	(830.320)	(730.580)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>1.649.409</u>	<u>801.109</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	481	1.048
Receitas financeiras	103.822	32.467
Receitas de subvenção	-	317.976
	<u>104.303</u>	<u>351.491</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.753.712</u>	<u>1.152.600</u>
Empregados		
Remuneração Direta	1.104.425	1.182.791
Benefícios	319.662	378.236
F.G.T.S.	142.435	112.128
Outros	232.236	173.061
	<u>1.798.758</u>	<u>1.846.216</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	216.238	228.337
Municipais	2.581	(143.965)
	<u>218.819</u>	<u>84.372</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	70.248	105.775
Aluguéis	13.406	16.413
	<u>83.654</u>	<u>122.188</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(347.519)	(900.176)
	<u>(347.519)</u>	<u>(900.176)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>1.753.712</u>	<u>1.152.600</u>

1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,99% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integradas e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão e transportaram a média de 2,94 milhões de passageiros nos dias úteis em 2024.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi) e a Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto – Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em monotrilhos.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo.

Linha 6 – Laranja: neste modelo, tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1–Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo:

Com base na Lei estadual nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, que orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 2025 (LOA 2025), a Companhia deixa a condição de empresa estatal dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A condição de não dependente orçamentária em relação ao Governo do Estado de São Paulo, reforça a capacidade de liquidez da Companhia, em linha com o não recebimento de subvenção para custeio das atividades operacionais do Governo do Estado de São Paulo, durante o exercício de 2024.

Importante destacar que a Companhia está sujeita ao estabelecimento de sua tarifa através de políticas públicas definidas pela Secretaria Transportes Metropolitanos - STM, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Entre os principais eventos ocorridos em 2024, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 17.863 de 22 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 972.720 (R\$ 887.567 em 31 de dezembro de 2023), como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2024

Em 28 de dezembro de 2023, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através da Resolução nº 52/23 reajustou, a partir de 01 de janeiro de 2024, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 4,40 para R\$ 5,00, um aumento de 13,6%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2025

Em 26 de dezembro de 2024, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM nº427/2024 reajustará, a partir de 06 de janeiro de 2025, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 5,00 para R\$ 5,20, um aumento de 4,0%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iv) Indicadores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 11.777 (R\$ 391.565 em 31 de dezembro de 2023). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apurou prejuízo de R\$ 347.519, e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 275.977. Em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo apurado foi de R\$ 900.176 e o fluxo de caixa operacional negativo em R\$ 45.773.

1.1 Contexto societário

i) Aporte de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi concluído o ciclo de aportes de capital em moeda de 2024 pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R\$ 4.087.646 (R\$ 2.713.990 em 31 de dezembro de 2023). Os montantes aportados na Companhia são destinados exclusivamente para o financiamento das obras de expansão das linhas em operação.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Os contratos relacionados ao Metrô tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212 para extensão da linha 2-Verde e contrato nº 4001521201 para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 - verde do Metrô de São Paulo.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2013.

No âmbito do CADE, dentre os casos abordados no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, detectou-se a realização das Concorrências 41377212 e 41377213 – que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens com elaboração de projeto executivo e fornecimento de equipamentos para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do metrô de São Paulo; concluiu-se pela existência de superfaturamento. Identificou-se, também, a Concorrência 40015212/2005 para execução de projeto executivo, fornecimento e implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa – Ipiranga e sistemas complementares para o trecho Ana Rosa – Vila Madalena da Linha 2 – Verde do Metrô de São Paulo; segundo julgado do CADE, tendo sido objeto de acordo anticompetitivo.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

Em 17 de março de 2023, foi prolatado despacho pela Corregedoria do CADE para informar que o registro da inscrição da sanção aplicada à empresa ALSTOM Brasil Energia e Transporte Ltda. foi suspensa, conforme decisão proferida no seio do processo judicial n. 1050563-97.2020.4.01.3400 (TRF 1 Região).

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

ii) Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo n. 08700.003241/2017-81 para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

A apuração tramita perante autarquia federal e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, tendo a investigação recebido contribuições de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais ("G-5"): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento "Shield", comumente conhecido como "Tatuzão", utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para a prática de condutas anticompetitivas.

Conforme informação contida no "histórico de conduta" (que faz parte do Acordo de Leniência), de acordo com os signatários, o mercado afetado pelas práticas anticompetitivas descritas abarca projetos de infraestrutura de transporte de passageiros sobre trilhos (em especial metrô e monotrilho) em licitações públicas no Brasil. As práticas relatadas foram, essencialmente, a execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento e via permanente (não incluindo projetos de sistemas auxiliares, nem a compra ou manutenção do material rodante).

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Por oportuno, em 11 de dezembro 2023, houve a publicação, no Diário Oficial da União, de decisão que determinou a suspensão do Processo Administrativo n. 08700.003241/2017-81 do CADE.

A aludida suspensão deu-se em virtude de ordem judicial proferida no bojo do Mandado de Segurança Cível de nº 1109894-05.2023.4.01.3400 (que tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal). Assim, ficou suspenso o processo administrativo do CADE em comento – aplicando-se a todos os representados constantes no processo-, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária.

Há uma ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram interpostos recursos às instâncias extraordinárias pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora OAS Ltda., no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, não houve atualizações materiais deste a citada data. No estágio atual, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6.600 a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correia Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

O processo nº 0005803-30.2017.4.03.6181, em curso perante a 3ª Vara Criminal Federal, originado por denúncia do Ministério Público Federal contra 14 (quatorze) réus, entre eles o Sr. Sergio Correa Brasil, tendo por objeto suposta prática de ilícitos de corrupção passiva e ativa, e do qual contam acordos de colaboração premiada dos réus e respectivos documentos comprobatórios das práticas ilícitas, encontra-se na fase de instrução, ainda sem decisão de 1ª instância, e que estava em curso em segredo de justiça, teve o sigilo dos autos transferido para os documentos, tendo sido concedida vista de algumas peças processuais. A Companhia do Metrô teve acesso as peças processuais consistentes em respostas dos acusados à denúncia, despachos judiciais, pronunciamentos do Ministério Público Federal, habeas corpus impetrados por alguns dos réus e respectivos julgamentos, mas não lhe foi dado conhecer o Acordo de Colaboração Premiada de seu ex-empregado, nem de seus Anexos, e nem mesmo dos outros réus.

Tendo em vista as decisões favoráveis nos habeas corpus impetrados pelos Réus não colaboradores e por dois réus colaboradores para trancamento da ação penal, sob o argumento que a denúncia estava alicerçada somente em elementos oriundos da palavra de colaboradores, neste momento processual, só restaram no polo passivo cinco Réus que celebraram acordo de colaboração premiada com o MPF: Fábio Andreani Gandolfo; Benedicto da Silva Júnior; Celso da Fonseca Rodrigues; Arnaldo Cumplido de Souza e Sergio Correa Brasil. Logo, não há na ação penal nenhum réu não colaborador. O processo criminal está suspenso aguardando o trânsito em julgado do HC impetrado pelo Réu colaborador Anuar Benedito Caram que teve a ordem concedida para trancar a ação penal contra ele e aguarda julgamento do recurso do MPF.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial de R\$ 2.500, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado, de R\$ 326.915. O recurso de apelação foi provido em parte para adequar o valor da condenação a título de ressarcimento ao Erário, adotando o mesmo percentual adotado no julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos 0041369-29.20188.8.26.0053.

Tendo em vista o apurado em procedimento correccional da Corregedoria Geral da Administração (“CGA”), que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória por ato de improbidade, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053, que visa ao reconhecimento da prática de atos ímprobos e ressarcimento de danos, com o pedido de condenação ao perdimento de bens acrescidos ilicitamente pela conduta praticada. O processo está na fase postulatória, com a citação do demandado.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

iv) *Sindicâncias administrativas*

A Companhia possui sindicâncias administrativas em curso oriundas de denúncias internas ou externas e que podem envolver seus colaboradores ou partes interessadas. Tais processos são abertos para a apuração de supostas irregularidades que, quando concluídas, estabelecem recomendações e planos de ação que são executados pela Administração. Tais conclusões podem levar a Companhia a refletir registros de eventuais perdas apuradas em suas Demonstrações Financeiras.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de gerar ajustes materiais estão apresentadas a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, quando disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia. (Nota explicativa n° 28.1).

ii) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida pela Companhia considerando o prazo de geração de benefícios econômicos dos ativos, com base na experiência e laudos internos dos empreendimentos de construção metroviário – estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva.

A vida útil dos ativos intangíveis de vida útil definida é embasada na avaliação da Companhia quanto a geração dos benefícios econômicos futuros, na experiência de negócios e nas determinações contratuais. (Notas explicativas n° 11 e n° 12).

iii) *Passivos contingentes*

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são definidas com base em pareceres de assessores jurídicos. (Nota explicativa n° 21).

iv) *Passivo atuarial*

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes a planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas, biométricas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado. (nota explicativa n° 20).

2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2025.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subseqüentes.

- i. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações financeiras: O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:
 - O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
 - Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
 - A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e

- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ii. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento: Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

- iii. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações que ainda não entraram em vigor a partir de 31 de dezembro de 2024

No exercício social de 2024 não entraram em vigor as normas ou interpretações que impactaram materialmente nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após o exercício social de 2024 entrarão em vigor as seguintes normas e revisão:

- iv. Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27: este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia deverá aplicar essas alterações para os períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

- v. CBPS nº 01 (IFRS S1) Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e CBPS nº 02 (IFRS S2) – Divulgações Relacionadas ao Clima: estes documentos foram emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS e se tornaram obrigatórios para as companhias abertas por meio das Resoluções CVM 217 e 218. Estas Resoluções entraram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Alinhado a isto, a Resolução CVM 219 altera e instrui a aplicação da Resolução CVM nº 193, a qual traz em seus dispositivos a aplicação antecipada da elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB.
- vi. Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO): Este documento foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e a Resolução CVM 223 o tornou obrigatória para as companhias abertas, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.

A Companhia adotará a norma a partir de sua vigência, e não estima impactos materiais de sua adoção.

- vii. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: este documento substitui a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduzirá três conjuntos de novos requisitos para melhorar a divulgação das empresas sobre o desempenho financeiro. A norma busca: Melhor comparabilidade na demonstração de resultados, maior transparência das medidas de desempenho definidas pela gestão e agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras. Para entidades que adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS) a vigência é para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. A referida norma ainda não foi emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e aprovada pelos reguladores locais.

A Companhia adotará estas normas, orientações, revisões quando estas entrarem em vigor divulgando-as nas demonstrações financeiras, reconhecendo os impactos que possam vir a ocorrer.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos - custeio	8.584	14.063
Caixa e bancos - investimento	22	3.564
Total de caixa e bancos	8.606	17.627
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	395.471	64.698
Aplicações - investimento	66.801	225.172
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	462.272	289.870
Total de custeio	404.055	78.761
Total de investimento	66.823	228.736
Total de caixa e equivalentes de caixa	470.878	307.497

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média é de 95,72% do CDI. (94,81% em 31 de dezembro de 2023).

Política contábil

A Companhia classifica neste grupo os saldos mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5 Contas a receber

5.1 Contas a receber, líquidos

	31/12/2024	31/12/2023
Terceiros ^(a)	401.067	761.603
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP ^(b)	61.466	72.863
Outros ^(c)	991	4.210
	<u>463.524</u>	<u>838.676</u>
Perda de crédito esperada	<u>(364.806)</u>	<u>(338.514)</u>
Total do contas a receber, líquido	<u>98.718</u>	<u>500.162</u>
Total - circulante	93.090	494.719
Total - não circulante	<u>5.628</u>	<u>5.443</u>

^(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi recebido o montante de R\$ 305.000 do Consórcio Shopping Metrô Itaquera, referente à antecipação de receitas e extensão contratual pelo direito de uso dos terrenos ao norte da estação Itaquera do Metrô, em que estão localizados o Shopping Metrô Itaquera e Terminal de ônibus, conforme a nota explicativa nº 18.

^(b) GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

^(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, inclui o montante de R\$ 72 (R\$ 1.459 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2024			31/12/2023		
	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
Circulante e não circulante						
A vencer	96.028	(4.381)	91.647	486.464	(7.017)	479.447
Vencidos até 30 dias	4.578	(2.619)	1.959	9.920	(6.874)	3.046
Vencidos de 31 até 60 dias	4.151	(2.664)	1.487	9.051	(4.738)	4.313
Vencidos de 61 até 90 dias	4.053	(2.684)	1.369	8.972	(5.273)	3.699
Vencidos de 91 até 180 dias	11.296	(9.040)	2.256	23.266	(16.352)	6.914
Vencidos de 181 até 360 dias	18.867	(18.867)	-	27.903	(25.160)	2.743
Vencidos superiores a 360 dias	324.551	(324.551)	-	273.100	(273.100)	-
Total	463.524	(364.806)	98.718	838.676	(338.514)	500.162
Total - circulante	457.896	(364.806)	93.090	833.233	(338.514)	494.719
Total - não circulante	5.628	-	5.628	5.443	-	5.443

5.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	(338.514)	(267.300)
(Adições) / reversões	(27.277)	(79.270)
Créditos baixados definitivamente da posição	985	8.056
Total	(364.806)	(338.514)

Política contábil

Contas a receber de clientes é registrado líquido da estimativa de perdas de crédito no momento do reconhecimento da venda de ativos, locações de espaços, participação em empreendimentos imobiliários, ressarcimento de valores ou advindos de outras operações comerciais de prestação de serviços adjacentes a operação de transporte. A Companhia constitui perdas de crédito esperadas sobre os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas.

As perdas de crédito esperadas são avaliadas com base na NBC TG 48 – “Instrumentos Financeiros”, e prevê que os recebíveis comerciais sejam mensurados através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

6 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais de uso comum e administrativo	5.287	6.734
Materiais de reposição	166.766	164.289
Materiais de consumo geral e manutenção	33.513	39.166
Materiais em poder de terceiros ^(a)	948	1.322
Outros	592	607
(-) Materiais obsoletos	-	(3.701)
Total	207.106	208.417

^(a) Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

6.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	(3.701)	(4.076)
Adições	(163)	(222)
Reversões	3.864	597
Total	-	(3.701)

A Companhia não possui itens de estoque oferecidos em penhor ou garantia a passivos para os exercícios apresentados.

Política contábil

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de estimativa de perda por obsolescência, que são constituídas para cobrir eventuais perdas identificadas ou estimadas pela Administração.

A Companhia avalia continuamente se um estoque está obsoleto, e considera nesta avaliação entre outros fatores, a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que podem resultar na obsolescência de materiais.

7 Ativos não circulantes mantidos para venda

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não circulantes mantidos para venda - saldo inicial	8.388	12.015
Adições	-	4.758
Baixas	-	(580)
Transferências para investimentos	(4.841)	(7.805)
Total	3.547	8.388

Política contábil

Ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda. Para a companhia, a condição para a classificação como ativo mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração ou o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses. Para os casos em que não houver o cumprimento do prazo de venda de até 12 meses devido a circunstâncias fora do controle da Companhia, havendo a intenção de alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos não circulantes mantidos para venda são compostos principalmente por terrenos e imóveis. São mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

8 Caixa restrito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de caixa restrito é de R\$ 39.038 (R\$ 45.879 em 31 de dezembro de 2023).

O caixa restrito é destinado exclusivamente à garantia aos debenturistas da Companhia, e desta forma possuem restrição de uso, conforme nota explicativa nº 15.

9 Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	18.360	17.457
Cíveis	90.217	112.150
Tributários e previdenciários ^(a)	1.366	68.381
Total	109.943	197.988

^(a) As principais movimentações realizadas no exercício referem-se a levantamentos de depósitos previdenciários e relacionados a discussão de incidência de IPTU em áreas operacionais.

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 – Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 344.002 (R\$ 292.344 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 28.10.

10 Investimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos para investimentos - saldo inicial	62.852	9.350
Adições ^(a)	244.801	53.505
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(3)
Transferência para imobilizado	(48.210)	-
Total	259.443	62.852
Obras de arte	5.114	5.114
Total	264.557	67.966

^(a) As principais adições no exercício referem-se à disponibilização de áreas para exploração comercial.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



11 Imobilizado

11.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2023	Adições ^(d)	Baixas	Transferências ^(e)	31/12/2024
Custo						
Obras civis ^(a)		21.391.254	46.111	(20.462)	619.212	22.036.115
Sistemas ^(b)		11.653.376	54.761	(37.075)	241.110	11.912.172
Terrenos ^(c)		3.297.358	100.359	-	(191.750)	3.205.967
Obras em andamento		9.466.844	3.023.797	-	(488.737)	12.001.904
Adiantamentos		498.658	813.789	-	(371.585)	940.862
Bens Móveis - Arrendamento		-	9.432	-	-	9.432
Total		46.307.490	4.048.249	(57.537)	(191.750)	50.106.452
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(3.799.010)	(372.432)	2.951	-	(4.168.491)
Sistemas ^(b)	2,90%	(2.909.718)	(429.798)	-	-	(3.339.516)
Bens Móveis - Arrendamento		-	(2.830)	-	-	(2.830)
Total		(6.708.728)	(805.060)	2.951	-	(7.510.837)
Total imobilizado		39.598.762	3.243.189	(54.586)	(191.750)	42.595.615

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) As transferências em terrenos referem-se às reclassificações para a rubrica do ativo, Investimentos, no montante de R\$ 191.750 conforme nota explicativa nº 10.

^(d) As principais adições no exercício ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 2.104 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 739 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 443 milhões.

^(e) As principais transferências entre as rubricas do imobilizado no exercício ocorreram nas linhas: 15 – Prata, de R\$ 433 milhões, 4 – Amarela, de R\$ 196 milhões e 3 – Vermelha, de R\$ 116 milhões.

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2022	Adições ^(c)	Baixas	Transferências ^(d)	31/12/2023
Custo						
Obras civis ^(a)		21.346.638	74.722	(30.106)	-	21.391.254
Sistemas ^(b)		12.396.747	25.909	(871.540)	102.260	11.653.376
Terrenos		3.266.978	80.835	(4.755)	(45.700)	3.297.358
Obras em andamento		7.152.041	2.235.227	-	79.576	9.466.844
Adiantamentos		413.155	238.659	-	(153.156)	498.658
Total		44.575.559	2.655.352	(906.401)	(17.020)	46.307.490
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(3.504.223)	(301.853)	7.066	-	(3.799.010)
Sistemas ^(b)	2,90%	(3.368.363)	(412.894)	871.539	-	(2.909.718)
Total		(6.872.586)	(714.747)	878.605	-	(6.708.728)
Total imobilizado		37.702.973	1.940.605	(27.796)	(17.020)	39.598.762

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) As principais adições no exercício ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 1.638.339 e 15 – Prata, de R\$ 392.152 e 17 – Ouro, de R\$ 147.707.

^(d) Do montante de transferências realizadas, R\$ 45.700 foi transferido de terrenos para propriedades para investimentos.

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando incorridas.

Durante o processo de constituição de um ativo, os valores gastos são alocados na rubrica “imobilizado em andamento” de acordo com suas respectivas categorias (terrenos, sistemas, material rodante e obra civil). Quando o ativo está concluído e inicia-se o uso com a cobrança de tarifa, os valores são reclassificados para a linha de “imobilizado em uso” e depreciados de acordo com a vida útil.

Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, uma vez que não possuem características que permitem sua capitalização.

Os bens do ativo imobilizado, com exceção de terrenos, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício de acordo com a vida útil econômica estimada para cada grupo de ativos.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil e, quando incorridos, são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

11.2 Avaliação anual de valor não recuperável de ativo (impairment)

Teste de impairment da unidade geradora de caixa (“UGC”)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou se o ativo imobilizado possuía evidência de perda no seu valor recuperável, conforme previsto nos itens 8 e 9 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável dos ativos.

A avaliação foi documentada e abrangeu os indicadores internos e externos de perda no valor recuperável previsto na referida norma, bem como indicadores adicionais, associados ao modelo de negócio da Companhia e ao objetivo de uso do ativo pela Companhia.

Os resultados não identificam a existência de indicativo de perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia.

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil ou, ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável.

Eventuais perdas do valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

11.3 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/12/2024
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.413.202	8.198.299	12.611.501
Sistemas ^(b)		1.373.483	2.424.496	3.797.979
Terrenos		221.645	748.893	970.538
Obras em Andamento		41.987	-	41.987
Total		6.050.317	11.371.688	17.422.005
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(609.425)	(783.125)	(1.392.550)
Sistemas ^(b)	2,90%	(295.318)	(339.268)	(634.586)
Total		(904.743)	(1.122.393)	(2.027.136)
Total do imobilizado sob concessão		5.145.574	10.249.295	15.394.869

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/12/2023
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.234.451	8.189.900	12.424.351
Sistemas ^(b)		1.373.469	2.421.125	3.794.594
Terrenos		216.471	839.177	1.055.648
Obras em Andamento		218.576	-	218.576
Total		6.042.967	11.450.202	17.493.169
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(541.441)	(655.209)	(1.196.650)
Sistemas ^(b)	2,90%	(254.512)	(259.304)	(513.816)
Total		(795.953)	(914.513)	(1.710.466)
Total do imobilizado sob concessão		5.247.014	10.535.689	15.782.703

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

12 Intangível

12.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		172.714	27.930	200.644
Amortização		(126.625)	(25.260)	(151.885)
Total do intangível		<u>46.089</u>	<u>2.670</u>	<u>48.759</u>

Política contábil

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo fluam para a Companhia, podendo ser o prazo final do contrato ou a vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, quando incorridos, na demonstração de resultados.

13 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2024	31/12/2023
Administradores		
Remuneração	2.599	3.235
Participação nos resultados - PPR	44	-
Encargos sociais	359	504
Benefícios	342	366
Previdência suplementar	119	107
Total	<u>3.463</u>	<u>4.212</u>
Conselhos e Comitê de Auditoria	2.588	2.438
Total no período	<u>6.051</u>	<u>6.650</u>
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	10	11
Conselho Fiscal - efetivos	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4
Diretoria Executiva	<u>5</u>	<u>5</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R\$ 32.908,97 e para diretor não estatutário R\$ 34.572,89, respectivamente (R\$ 32.908,97 e R\$ 38.868,73 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

14 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	136.341	147.236
Prestação de serviços	90.742	123.911
Empreiteiras - obras civis	78.393	189.238
Outros	30.113	67.678
Energia elétrica	5.320	6.346
Fornecedores nacionais	<u>340.909</u>	<u>534.409</u>
Fornecedores internacionais	24.014	34.909
Total	<u>364.923</u>	<u>569.318</u>

Política contábil

Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações assumidas por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da transação e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

15 Debêntures

Vencimento	Taxa de juros a. a.	31/12/2023						31/12/2024			
		Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures 04/2027	CDI + 4,5%	113.181	262.457	375.638	48.494	1.804	(48.690)	(114.286)	112.986	149.975	262.961
Total		<u>113.181</u>	<u>262.457</u>	<u>375.638</u>	<u>48.494</u>	<u>1.804</u>	<u>(48.690)</u>	<u>(114.286)</u>	<u>112.986</u>	<u>149.975</u>	<u>262.961</u>

15.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R\$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R\$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (*QR Code*), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 39.038 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 8.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R\$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

15.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2025	2026	2027	Total
Debêntures	112.986	112.481	37.494	262.961
Total	<u>112.986</u>	<u>112.481</u>	<u>37.494</u>	<u>262.961</u>

Política contábil

As debêntures emitidas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos a capitalização.

16 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	171	727
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	34.723	38.208
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	4.241	22.932
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	7.618	2.389
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	3.831	3.414
Parcelamentos tributários	72	934
Outros impostos e contribuições ^(a)	473	512
Total	51.129	69.116

^(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

17 Remunerações e encargos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Férias	139.014	140.736
Encargos sociais	62.508	60.164
Salários e rescisões a pagar	637	4.894
Incentivo benefício saúde - PDI	12.572	804
Parcelamentos previdenciários ^(a)	4.257	3.993
Participação no resultado - PPR ^(b)	-	41.034
Outros valores a pagar ^(c)	2.356	2.622
Total	221.344	254.247
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários ^(a)	25.251	30.107
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	4.579	17
Total	29.830	30.124
Total geral	251.174	284.371

^(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aderiu ao parcelamento previdenciário referente aos débitos de INSS FAP do ano de 2016, no montante de R\$ 15.471, o qual será liquidado em 60 parcelas mensais.

^(b) A Companhia apurou e pagou o valor de PPR de 2023, conforme o atingimento das metas estabelecidas. O valor excedente foi revertido no resultado do exercício.

^(c) Inclui pensões judiciais.

Política contábil

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo concedidos aos seus administradores ou colaboradores.

17.1 Plano de desligamento incentivado

i) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2022

A Companhia promoveu um Programa de Desligamento Incentivado – PDI cujo período de adesão inicial dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Desde o início do programa, a Companhia desligou 742 colaboradores e o custo total incorrido foi de R\$ 272.669, sendo que no exercício de 2024 os custos incorridos foram de R\$ 53.005.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o referido programa.

ii) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

Em 17 de novembro de 2023 a Companhia abriu as inscrições para o novo Programa de Desligamento Incentivado (PDI), cujo prazo de adesão se encerrou em 22 de dezembro de 2023.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 408 colaboradores e para concluí-lo, ainda é necessária a conclusão do desligamento de 72 colaboradores, totalizando 480 inscritos.

Os desligamentos iniciaram no exercício de 2024, e os custos incorridos foram de R\$ 145.202. A estimativa para concluir o desligamento dos 72 colaboradores remanescentes é de R\$ 21.140.

Em 11 de novembro de 2024 a Companhia prorrogou o prazo de encerramento do programa por mais doze meses. E em 07 de fevereiro de 2025 a Companhia reabriu as inscrições para o PDI.

O adiamento do prazo foi necessário devido à inviabilidade de reposição técnica, operacional e administrativa de empregados a curto prazo. A adesão ao novo prazo é voluntária.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

Política contábil

Os elementos dispostos no regulamento dos planos (PDI's), bem como os direitos e obrigações previstos pelas partes, não determinam a assunção de uma obrigação contratual pela Companhia. Desta forma, com base na NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados, os valores previstos se enquadram como benefícios rescisórios e, portanto, são contabilizados no momento do desligamento do colaborador.

18 Adiantamento de clientes

	31/12/2024	30/12/2023
Circulante		
Créditos em poder do passageiro ^(a)	26.526	399.160
Arrendamentos a apropriar	5.462	5.910
Centros comerciais ^(b)	3.898	3.898
Outros	4.847	1.080
Total	40.733	410.048
Não circulante		
Centros comerciais	123.691	128.933
Arrendamentos a apropriar ^(b)	303.350	309.271
Outros	338	-
Total	427.379	438.204
Total geral	468.112	848.252

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (a) Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson e Bom. Em 2024 foi reconhecida a receita de créditos de passageiros cujos dados históricos evidenciam baixa expectativa de conversão em transporte de passageiros pela Companhia (*Breakage*), conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, no montante de R\$ 368.055, em contrapartida à baixa de adiantamento de clientes, conforme nota explicativa nº 23.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024 inclui R\$ 299.439 no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, refere-se a antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos.

Política contábil

A Companhia estabelece acordos que podem resultar no recebimento antecipado de recursos, tais relações comerciais constituem principalmente da venda de créditos ou bilhetes para futura utilização em viagens realizadas pela Companhia, contratos de locações, e de outorgas de direito de uso "*Naming Rights*".

Os montantes recebidos de forma antecipada constituem um passivo para a Companhia até que sejam satisfeitas as respectivas obrigações de desempenho previstas contratualmente, que podem ser cumpridas em momento específico ou ao longo do tempo (prazo contratual), de acordo com os requerimentos da NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente.

19 Transações com partes relacionadas

		31/12/2024			31/12/2023		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	61.466	-	61.466	72.863	-	72.863
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial ^(b)	-	97.560	97.560	-	64.506	64.506
Outros	C/R - Diversos ^(c)	991	-	991	4.210	-	4.210
		<u>62.457</u>	<u>97.560</u>	<u>160.017</u>	<u>77.073</u>	<u>64.506</u>	<u>141.579</u>
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	(3.874)	(211.165)	(215.039)	(3.874)	(215.039)	(218.913)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(23.073)	-	(23.073)	(24.256)	-	(24.256)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(3.524)	(21.730)	(25.254)	(4.082)	(25.254)	(29.336)
Iamsp	C/P - Saúde ^(g)	(417)	-	(417)	(460)	-	(460)
		<u>(30.888)</u>	<u>(232.895)</u>	<u>(263.783)</u>	<u>(32.672)</u>	<u>(240.293)</u>	<u>(272.965)</u>
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Integralização de capital ^(m)	-	-	(4.087.646)	-	-	(2.713.990)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.087.646)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.713.990)</u>

		31/12/2024	31/12/2023
Resultado	Natureza		
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP ⁽ⁱ⁾	961.040	876.638
GESP	Receita com gratuidades ^(j)	562.749	444.618
GESP/CDHU	Receita de alienação de imóvel ^(k)	-	76.388
GESP	Subvenção para custeio ^(l)	-	317.976
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	3.874	3.874
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(238.650)	(220.095)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(32.716)	(29.897)
Iamsp	C/P - Saúde ^(g)	(3.022)	(3.244)
Administração	Despesas com folha ^(m)	(6.051)	(6.650)
Total		<u>1.247.224</u>	<u>1.459.608</u>

- (a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa nº 5.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

- (b) Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.
- (c) Conforme demonstrado na nota 5.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.
- (d) O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU.
O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no exercício.
- (e) O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no exercício.
- (f) Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.
- (g) O saldo de repasse ao Iamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano.
- (h) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.
- (i) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.
- (j) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 23.
- (k) Refere-se a alienação de imóveis ao GESP/CDHU localizados na região metropolitana de São Paulo.
- (l) Refere-se a subvenção para custeio recebida do GESP, conforme nota explicativa nº 24.
- (m) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.

Política contábil

A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, com o objetivo de regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança e políticas corporativas adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente.

As principais partes relacionadas da Companhia são os acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

i) Subvenções e assistências governamentais

Subvenções para investimento são registradas em contrapartida do passivo e reconhecido no resultado de acordo com a vida útil dos ativos relacionados, conforme requerimentos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício em outras receitas operacionais caso não estejam vinculadas a execução de uma obrigação pela Companhia.

20 Planos de previdência suplementar

20.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

20.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2024	31/12/2023
Duração média de pagamentos - Plano I	9,94 anos	10,19 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	14,49 anos	14,31 anos
Taxa de desconto - Plano I	7,31% a.a.	5,67% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	7,44% a.a.	5,72% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 M/F

Análise de Sensibilidade Plano I	Variação	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	Real	Taxa de Desconto	Taxa de Desconto
Valor presente das obrigações atuariais	1.501.470	1.432.717	1.575.276
Taxa de crescimento salarial	Real	Cresc. Salarial	Cresc. Salarial
Valor presente das obrigações atuariais	1.501.470	1.502.961	1.499.982

20.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	18.392
Custo do serviço corrente	3.936
Juros sobre obrigação atuarial	984
Contribuições da patrocinadora	(7.680)
Perdas atuariais - ORA (2023)	104.856
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	120.488
Custo do serviço corrente	3.183
Juros sobre obrigação atuarial	11.209
Contribuições da patrocinadora	(5.662)
Ganhos atuariais - ORA (2024)	(39.624)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	89.594
Valor presente das obrigações atuariais	1.501.470
Valor justo dos ativos do plano	(1.411.876)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	89.594
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	44.797

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 256.161. (Em 31 de dezembro de 2023, o montante pago foi de R\$ 205.195).

Política contábil

Previdência suplementar (Plano de Previdência Privada)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

A Companhia reconhece no passivo atuarial o valor correspondente ao cumprimento de sua obrigação com o plano, na extensão de sua obrigação contributiva, que representa 50% do total do passivo do plano a ser equacionado na data base finda em 31 de dezembro de 2024.

- Plano I – Benefício definido

Concedido a empregados contratados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência suplementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do exercício em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

- Plano II – Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Concedido a empregados contratados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

21 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	270.512	4.667	17.065	(57.836)	234.408
Cíveis	1.258.592	54.219	132.849	(257.148)	1.188.512
Tributários e previdenciários	4.496	4.346	573	(18)	9.397
Total	1.533.600	63.232	150.487	(315.002)	1.432.317

21.1 Processos trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 3.646 processos de natureza trabalhista (3.682 processos em 31 de dezembro de 2023).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

21.2 Processos cíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 652 processos de natureza cível (669 processos em 31 de dezembro de 2023).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrus também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 936.353 (R\$ 851.865 em 31 de dezembro de 2023).

21.3 Processos tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 298 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2023, são 421 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

21.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas ^(a)	392.397	383.397
Cíveis ^(b)	4.613.425	4.750.871
Tributários e previdenciários	39.739	64.124
Total	<u>5.045.561</u>	<u>5.198.392</u>

^(a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

^(b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A do Brasil, Consórcio Metropolitano 5, Consórcio Construcap/Constran, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Camargo Corrêa, Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 3.130.752 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R\$ 1.914.809 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R\$ 3.220.220).

Política contábil

A Companhia constitui provisão para processos judiciais com base em avaliações de probabilidades de perdas, considerando a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis e outras fontes que podem afetar a estimativa da carteira de processos. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

As estimativas em relação à probabilidade de perda são revisadas periodicamente e os processos são atualizados mensalmente por indicadores financeiros aplicáveis, em contrapartida do resultado do exercício. A despesa de provisão com processos judiciais é demonstrada na Nota Explicativa nº 24, "gastos gerais".

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 52.674.522.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

22.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 52.492.031, composto por 10.108.988 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada (Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 48.404.386 e era composto por 9.109.872 ações ordinárias).

Em 31 de dezembro de 2024, o GESP realizou a integralização de capital no montante de R\$ 4.087.646, composto por 999.116 ações ordinárias.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	9.905.781	97,99%	8.906.665	97,77%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,00%	202.032	2,22%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	10.108.988	100,00%	9.109.872	100,00%

23 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita tarifária	2.255.177	1.650.321
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	562.749	444.618
Desenvolvimento imobiliário	133.536	128.929
Varejo	73.317	77.101
Mídia e publicidade	64.352	76.002
Outros negócios	13.781	11.852
Receita não tarifária	<u>284.986</u>	<u>293.884</u>
Receita operacional bruta	<u>3.102.912</u>	<u>2.388.823</u>
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(82.939)	(69.235)
Deduções e impostos	<u>(82.939)</u>	<u>(69.235)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>3.019.973</u></u>	<u><u>2.319.588</u></u>

- (a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 inclui os montantes de R\$ 56.391 e R\$ 41.918 respectivamente, referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.)

Política contábil

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes. A receita é reconhecida quando a obrigação de transportar ou prestar o serviço contratado (obrigação de desempenho) prometido para um cliente é satisfeita, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

Receita tarifária: são reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo passageiro, ou seja, em momento específico. Os valores são calculados com base na classe de tarifa utilizada pelo usuário.

Receita não tarifária: a Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como, locação de espaços, ações de publicidade e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários junto às estações metroviárias, além da prestação de outros serviços especializados e consultorias. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas a medida em que são satisfeitas as obrigações de desempenho que podem ser em momento específico ou ao longo do tempo.

Receita com gratuidades: por meio de políticas públicas, a Companhia realiza o transporte de passageiros gratuitos e reconhece a receita com base na tarifa padrão, no momento em que o passageiro é transportado. As gratuidades são registradas em contrapartida ao contas a receber. Caso o ressarcimento seja antecipado, os valores são registrados como receita antecipada no passivo e realizados com base na utilização.

Receita de *breakage*: consiste no cálculo, com base histórica, de créditos adquiridos pelos passageiros que não serão utilizados, ou seja, passageiros que adquiriram créditos que dão direito ao transporte na rede metroviária, mas que apresentam grande probabilidade de não os utilizar. Anualmente os cálculos são revisados com objetivo de capturar mudanças no comportamento dos passageiros em relação à utilização dos créditos adquiridos. Os créditos de *breakage* são reconhecidos em Receita tarifária quando alcançam os parâmetros de reconhecimento no resultado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



24 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.425.945)	(1.434.304)
Materiais	(94.608)	(89.249)
Energia elétrica de tração	(165.128)	(189.102)
Serviços	(157.239)	(163.561)
Gastos gerais	(19.363)	(41.002)
Depreciação e amortização	(790.104)	(700.663)
	<u>(2.652.387)</u>	<u>(2.617.881)</u>
Despesas com vendas		
Pessoal	(22.431)	(34.149)
Materiais	-	(18)
Serviços	(64)	(958)
Gastos gerais	(337)	(12.036)
Depreciação e amortização	(4)	(11)
	<u>(22.836)</u>	<u>(47.172)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(423.887)	(448.865)
Materiais	(1.959)	(1.647)
Serviços	(154.033)	(166.232)
Gastos gerais	(105.478)	(239.929)
Depreciação e amortização	(40.212)	(29.906)
	<u>(725.569)</u>	<u>(886.579)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receitas com a prestação de outros serviços	1.450	1.363
Multas contratuais	5.730	5.632
Resultado na alienação de ativos	18.033	77.695
Créditos convênio CBTU	3.874	3.874
Baixas de imobilizados e intangível	(37.137)	6.111
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18.695	301.525
	<u>10.645</u>	<u>396.200</u>
	<u>(3.390.147)</u>	<u>(3.155.432)</u>

25 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	37.870	19.319
Juros ativos	8.089	5.670
Descontos obtidos	-	2.231
Ajuste a valor presente	2.009	(445)
	<u>47.968</u>	<u>26.775</u>
Despesas financeiras		
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas ^(a)	(63.157)	(97.283)
Despesas com juros atuariais	(4.366)	1.380
Outras despesas financeiras	(1.863)	(1.735)
	<u>(69.386)</u>	<u>(97.638)</u>
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias líquidas ^(b)	44.432	615
Variações cambiais líquidas	(359)	(3.954)
	<u>44.073</u>	<u>(3.339)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>22.655</u></u>	<u><u>(74.202)</u></u>

^(a) Do montante de R\$ 63.157 em 31 de dezembro de 2024, (R\$ 48.494) e (R\$ 1.804) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, os montantes são de (R\$ 69.136) e (R\$ 1.804), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados), conforme nota explicativa n° 15

^(b) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 22.806 e R\$ 20.232 de atualizações de depósitos judiciais levantados, respectivamente no âmbito de processos previdenciários e de processo com a finalidade de suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes a IPTU.

26 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais	6.680.355	6.648.528
Base negativa da contribuição social	6.328.538	6.319.031

26.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(347.519)	(910.046)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	118.156	309.416
Reconciliação da alíquota:		
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(2.117)	(2.177)
Demais adições e exclusões, líquidas	(108.476)	(113.614)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	(7.563)	(183.755)
Utilização de prejuízo fiscal ^(b)	-	9.870
Diferido	-	9.870
Imposto de renda	-	9.870
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	(1,08%)

^(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

^(b) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.870 em imposto diferido ativo, com a utilização de saldo de prejuízo fiscal para a liquidação de débitos previdenciários no âmbito do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF).

Política contábil

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social correntes: Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

27 Resultado por ação

27.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas	(347.519)	(900.176)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	10.109	9.110
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	10.109	9.110
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	<u>(34,38)</u>	<u>(98,81)</u>

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

28 Instrumentos financeiros e fatores de risco

28.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes		Custo amortizado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	470.878	307.497	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários ^(a)	-	-	-	4.919	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	98.718	500.162
Outros ativos	-	-	-	-	132.255	96.223
Caixa restrito	39.038	45.879	-	-	-	-
	<u>509.916</u>	<u>353.376</u>	<u>-</u>	<u>4.919</u>	<u>230.973</u>	<u>596.385</u>
Passivo						
Fornecedores	-	-	-	-	364.923	569.318
Debêntures	-	-	-	-	262.961	375.638
Partes relacionadas	-	-	-	-	263.783	272.965
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	7.254	-
Outras contas e despesas a pagar	-	-	-	-	5.306	8.503
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>904.227</u>	<u>1.226.424</u>

^(a) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.

As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.

28.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

28.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de *Rating*

Em 26 de março de 2024, a Moody's Local revisou e manteve o *Rating* de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

28.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pelas agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e BB+ concedida pela Moody's.

28.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 14 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 6,1923/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	6,1923
Fornecedores internacionais	24.014
Valores expostos ^(a)	3.878
Cenário favorável (-50%)	12.007
Cenário favorável (-25%)	18.010
Cenário adverso (+50%)	36.021
Cenário adverso (+25%)	30.017

^(a) Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US\$), de obrigações com fornecedores internacionais.

28.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 15, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos ^(a)	12,15%	180.132
Cenário favorável (-50%)	6,075%	(10.943)
Cenário favorável (-25%)	9,113%	(5.472)
Cenário adverso (+50%)	18,225%	10.943
Cenário adverso (+25%)	15,188%	5.472

^(a) Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

28.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

28.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

28.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui passivo oneroso de R\$ 262.961 (R\$ 375.638 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 15, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 103,05% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (86,37% em 31 de dezembro de 2023).

28.10 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 6.574 (R\$ 5.964 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 - Cobertura de Seguros. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice era de R\$ 344.002 (R\$ 292.344 em 31 de dezembro de 2023).

29 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	31/12/2024	31/12/2023
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	1.188.092	1.206.188
Seguro garantia judicial	200.000	400.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	93.500	93.500
Seguro garantia compra de energia	43.384	104.015
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	18.268	18.342
Total	<u>1.573.244</u>	<u>1.852.045</u>

30 Eventos subsequentes

Antecipação de recebíveis

Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou o aditivo contratual com o Consórcio Condeshop, concessionária dos Shoppings Metrô Tatuapé e Boulevard Tatuapé, no qual prorroga a vigência do contrato por mais 50 anos a partir de 27 de outubro de 2047, passando o respectivo termo final a recair em 27 de outubro de 2097. O aditivo contratual prevê o pagamento antecipado no montante de R\$ 280.000, sendo que a 1ª Parcela de R\$ 100.800 foi quitada em 14 de fevereiro de 2025, e a segunda de 179.200 deverá ser paga em 60 dias após a assinatura do ativo.

Pagamento de Abono Salarial

A Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô efetuará o pagamento de abono aos colaboradores, substitutivo ao Programa de Participação nos Resultados 2024, no valor total de R\$ 5.879,22 (cinco mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos, em duas parcelas, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 3.879,22 (três mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos), com pagamento na folha do mês de fevereiro de 2025, e uma segunda parcela no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser quitada em data a ser estabelecida durante a campanha salarial 2025/2026. O valor total estimado para quitação do abono, considerando os colaboradores elegíveis, é de R\$ 45.000.

www.metro.sp.gov.br

